



Em nome do Município de Almada começo por vos saudar agradecendo a presença de todos, manifestando o mais sincero reconhecimento pelos contributos e pela participação empenhada que cada um de vós de uma forma ou de outro, tem vindo a dedicar aos processos de desenvolvimento da nossa terra.

Permitam-me nesta oportunidade que dirija um especial agradecimento ao Senhor Professor Nunes Correia, primeiro Coordenador Nacional do POLIS, hoje Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, pela forma inequívoca como assumiu e assume o POLIS da Costa da Caparica, tendo contribuído decisivamente para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico com os respectivos projectos complementares em 2001, e para a subsequente instalação da Sociedade COSTAPOLIS, enquanto Coordenador Nacional; e mais recentemente enquanto Ministro, para a confirmação do Plano e seus objectivos assegurando a criação das condições de partida, indispensáveis à sua plena concretização.

Vai longe o ano de 1983, ano em que a Administração Central se comprometeu com o Município, através de Protocolo assinado entre as partes, a proceder a uma intervenção definitiva do enquadramento urbano dos seus terrenos na Costa da Caparica, bem como ao respectivo aproveitamento e gestão, em benefício das populações numa perspectiva de desenvolvimento económico e social.

Contudo, nem este nem muitos outros compromissos posteriormente formalizados foram cumpridos, havendo a registar múltiplos Protocolos e Acordos celebrados sobre a Costa da Caparica alguns deles neste mesmo hotel, bem como inúmeras diligências do município que, já em 1998 se contabilizavam em 53 reuniões com as mais diversas entidades da Administração Central incluindo visitas de governantes de vários Ministérios a convite da Autarquia.

Foi neste contexto que nesta mesma sala do Hotel Costa da Caparica, em reunião de avaliação da situação existente, com as mais diversas entidades locais, promovida pela Câmara Municipal, todos aderiram à ideia da Autarquia de avançar com uma proposta



de “*Pacto para o Desenvolvimento Integrado da Costa da Caparica*” a apresentar ao Governo.

Esta ideia, que posteriormente reuniu o mais amplo consenso por parte de eleitos locais – tendo a respectiva proposta sido aprovada por unanimidade na Câmara Municipal e posteriormente, aqui mesmo na Costa da Caparica (no sítio do futuro Jardim Urbano) pela Assembleia Municipal – foi apresentada ao Governo em Maio de 1998.

Desta iniciativa do Poder Local que mereceu acolhimento por parte do Governo, resultou em Outubro de 1999 o Decreto-Lei que criou a COSTAGEST e posteriormente, no ano de 2000, com a criação do Programa POLIS, a inclusão da Costa da Caparica naquele Programa.

Todos nos lembramos do dia 14 de Julho de 2001, data de lançamento do POLIS na Costa da Caparica. O relógio começou a trabalhar. Tínhamos finalmente conseguido passar dos sucessivos compromissos falhados, de Protocolos feitos e desfeitos, para um verdadeiro compromisso de Estado com a criação de uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos (60% do Estado / 40% da Autarquia), e um investimento estimado na ordem dos 40 milhões de contos, suportado por fundos comunitários, receitas provenientes da venda de terrenos do Estado e da Autarquia situados na Costa da Caparica, e o capital directamente realizado por ambos os accionistas, a que acresceria os investimentos complementares da responsabilidade de diversos ministérios – designadamente o prolongamento do IC 20 (hoje ER 377-2), a extensão do MST à Costa da Caparica, e o novo Centro de Saúde.

No primeiro trimestre de 2002 todos os Planos de Pormenor estavam adjudicados pela Sociedade COSTAPOLIS. Mas a partir de Junho de 2002 voltámos às incertezas, daí as várias iniciativas dos órgãos autárquicos locais que, de forma responsável e construtiva, afirmavam sucessivamente o POLIS da Costa da Caparica como desígnio municipal a defender, tendo chegado ao ponto de motivar o interesse directo da Comissão do Poder

Local, Ordenamento do Território e Ambiente, da Assembleia da República, que se deslocou à zona de intervenção em Março de 2004, bem como a afirmação de alguns governantes de que os compromissos do Estado eram para cumprir.

Contudo só recentemente, em Dezembro de 2006, com as decisões tomadas pelo Governo e pelo Município, relativamente à Reprogramação do Programa POLIS da Costa da Caparica; ao aumento do capital social em espécie, ou seja com a transferência dos terrenos do Estado e do Município para a COSTAPOLIS; e à ampliação do prazo de duração da Sociedade para 2010/2011; retomámos a confiança que nos animou à partida e que teimámos em não abandonar, pese embora as muitas adversidades entretanto vividas.

Hoje, com a obra do Jardim Urbano em curso, a obra da Frente Urbana a arrancar, a 1ª fase das Obras de Defesa Costeira executada e a 2ª fase garantida pelo Governo conforme tem sido anunciado, há uma nova esperança para todos nós. A esperança na concretização por inteiro do Plano de Desenvolvimento Estratégico do POLIS da Caparica que, com os seus investimentos directos e complementares deveria ser declarado *“Projecto de Interesse Nacional”*.

Em minha opinião o POLIS da Caparica insere-se plenamente nas *“prioridades estratégicas”* do QREN 2007/2013 ou seja, é um projecto de *“valorização do território”* que vai contribuir para a *“competitividade”* e que aposta na *“qualificação dos recursos humanos”*.

A valorização do território já começou e vai prosseguir, não esquecendo nunca as questões sociais – daí o realojamento já executado de mais de 300 famílias; no horizonte temos o reforço da capacidade hoteleira com mais mil novas camas e a



qualificação dos apoios de praia; hoje mesmo acabámos de assistir à apresentação do Projecto Integrado de Formação abrangendo 300 formandos até ao fim do ano.

Estou certa da capacidade existente e da vontade de todos em levar mais longe este grande desafio.

Concretizar o POLIS trazendo o MST à Costa da Caparica, avançar com a valorização da Fonte da Telha e da Trafaria, apostar na formação continuada e na qualificação dos recursos humanos, criando no Presídio da Trafaria um Complexo de Formação em Hotelaria e Turismo, – em suma, cumprir na Costa Atlântica de Almada o Eixo Turístico definido no PROT da AML e no Plano Estratégico de Lisboa Oeste e Vale do Tejo, – é uma das nossas ambições enquanto contributo para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento que o Governo estabeleceu para o horizonte do QREN.

Temos uma Visão Estratégica definida de forma participada, para esta e outras áreas de grande potencial socio-económico existentes no nosso concelho, que também interessam directamente ao Governo.

Permita-me Senhor Ministro, que nesta oportunidade e publicamente lhe manifeste em nome do Município de Almada, o interesse e a disponibilidade para partilhar com o Governo a concretização de tais projectos, estabelecendo as parcerias que sirvam o desenvolvimento local e regional e contribuam para o desenvolvimento do nosso País.

Obrigada pela vossa atenção.

A todos e de novo os nossos agradecimentos.